

Criação e resistência nas escolas – porque as escolas públicas brasileiras existem e precisam existir

Creation and resistance in schools – why brazilian public schools exist and must continue to exist

Nilda Alves

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Rio de Janeiro-Brasil

Resumo

Parto, no desenvolvimento deste artigo, do que denominamos “experiências” na organização das propostas políticas para as escolas públicas de governos de direita e extrema-direita, no Brasil, em nível federal (no governo anterior), estadual e municipal, buscando compreender, o que elas têm “no fundo”, com algumas ações em escolas privadas. Em seguida, mostro alguns movimentos de resistência a essas “experiências” em forma de criações políticas, éticas, estéticas e poéticas nos cotidianos escolares de escolas públicas e em redes educativas várias, considerando a potência docente numérica e qualitativa, considerando as formações iniciais e continuadas recebidas. O apoio teórico da conversa que travamos, neste texto, está na produção das ‘praticasteorias’ da corrente de pesquisa a que chamamos “nos/dos/com os cotidianos” ou, simplesmente, “com os cotidianos”.

Palavras-chave: Resistência e Criação nos processos escolares; Escolas Públicas; Cotidianos escolares; Redes educativas.

Abstract

Starting, in the development of this article, with what we denominate "experiences" in the organization of political proposals towards public schools during right and far-right governments, in Brazil, on a federal (former government), state and municipal level, seeking to comprehend, what they have "deep down", with a few actions on private schools. Then, presenting a few movements of resistance to the "experiences", in the form of political, ethical, aesthetic and poetic creations on the everyday life of public schools and many educative networks, considering the numerous and qualitative teaching power, considering the initial formation and continuous received. The theoretical base of the conversation taken in this article is in the production of 'practicetheories' of the research chain we call "in/of/with the everyday life" or simply "with the everyday life".

Keywords: Resistance and Creation on school processes; Public Schools; School Everyday Life; Educative Networks.

Introdução

O termo “escola” tem servido para designar, em especial, as formações educativas para atender a infância e a primeira fase da juventude, educadas, em nosso país, no ensino fundamental e médio, dos seis anos — ou antes, de alguns meses, apenas — aos dezesseis/dezessete anos. Por isso, nesse texto, trataremos desta “escola”, pois entendemos que foi esta a intenção dos proponentes desse dossiê.

Por outro lado, se no momento do livro de Marisa Vorraber (2004) —referência para a criação deste dossiê e no qual há uma entrevista dada por mim à organizadora do livro — podíamos falar “escolas” e entendermos “escolas públicas”, hoje, frente aos continuados e profundos golpes que a extrema-direita e a direita estão infringindo à ideia e à existência das escolas públicas, precisamos dizer, com clareza, que estamos tratando das escolas públicas brasileiras.

Muito se tem falado de escolas nesses tempos tão difíceis. A formação de um campo de direita e de extrema-direita, no Brasil — com o golpe referendado pelo impeachment contra a Presidenta Dilma Rousseff, com um mandato completado por um vice-presidente traidor, e a eleição para presidente de um deputado insignificante e ex-militar expulso do exército por ser extremista, que mostrou, durante todo o seu mandato, ser negacionista, anticultura, contrainformação esclarecedora, misógino, racista e homofóbico - permitiu que, no país, as escolas públicas se transformassem em ‘espaços tempos’ de experimentos por dirigentes inconsequentes: desde a declaração de sua “não necessidade”, com a ideia da *homeschooling*, à criação das chamadas “escolas cívico-militares”, passando pelas diversas tentativas de “computadorizar” os processos pedagógicos, com vendas de pacotes que poderiam substituir a ação docente, até a “uberização”ⁱ dos docentes, em ritmo acelerado em alguns estados e municípios. Algumas ações têm se sucedido por este país e podemos lembrar algumas mais recentes: o governo do estado do Rio de Janeiro (Claudio Castro, do Partido Liberal) entregou em janeiro de 2025, sem licitação pública, por R\$ 96 milhões de reais, à Fundação Getúlio Vargas-RJ, a gestão, os processos pedagógicos e a formação continuada de seus docentes, sem que houvesse qualquer reação dos docentes ou do sindicato e, a bem da verdade, de nenhuma das universidades públicas localizadas no estado, com enormes condições — porque com processos de ensino, pesquisa e extensão em Educação, há muito tempo — de desenvolver programas de atendimento às redes públicas.

Podem ser lembradas, ainda, as ações de “uberização” dos docentes, no estado do Paraná (governador Ratinho Júnior, do Partido Social Democrático), onde “empresas” contratam os docentes sem nenhuma das garantias em lei — de salário, férias, 13º salário, assistência médica — e o estado coloca estes docentes na rede pública. No estado de S. Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), depois de uma violenta tentativa de fazer boa parte do ensino online, via a compra de programas de computador da empresa do que foi nomeado secretário da Educação, importado do Paraná, criou uma série de escolas “cívico-militares” em escolas públicas existentes, para controlar ação dos docentes e dos discentes.

Já para as escolas privadas se abriram veredas para a sua “internacionalização” com a vinda de grupos de outros países (com outra língua) para formar os “quadros necessários”, na língua considerada a língua internacional, o inglêsⁱⁱ. Com propostas pedagógicas apresentadas como “avançadas”, mas, de fato, sem nenhuma novidade, grupos estrangeiros e nacionais criam escolas — ou compram, a forte preço, escolas já consagradas — para atender a uma classe média que almeja, ardente, ser classe dominante no país. Aqui vale um parêntesis: a eleição daquele insignificante deputado como presidente da república formou um indicativo importante de que qualquer um chega lá — onde quer que este lá esteja. As propostas “salvadoras” do grupo “Brasil Paralelo”ⁱⁱⁱ que vem encontrando espaços por todo o Brasil, com associações diversas, é a continuidade disto^{iv}. O violento e inesperado ataque do governo municipal do Rio de Janeiro — Eduardo Paes (Partido Social Democrático) — e de inúmeros municípios e estados aos/às docentes vêm mostrando onde querem chegar. Ou, em outro exemplo, O governador de S. Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vetou o Projeto de Lei nº 80/2023, que incluía conteúdos sobre as mudanças climáticas na grade curricular das escolas estaduais de São Paulo, doze dias após ter anunciado o programa Agro Jovem, atendendo aos interesses do agronegócio brasileiro, o maior usuário de produtos químicos condenados do mundo. Esse período está exigindo muita força de todas/todos/todes nós e trazendo muito sofrimento às-aos docentes deste país.

O último resultado das eleições nos Estados Unidos tende a dar ainda mais força a esses grupos. Recentemente, um dos homens fortes do governo de lá gritou: “os principais inimigos são os professores”.

Por que as/os docentes são temidos?

Já há algum tempo, venho lembrando, em todas as falas públicas que faço, dois fatos da Educação brasileira: a primeira se refere a que o magistério é hoje^v a maior categoria profissional do país. A segunda é a de que estamos, cotidianamente, em contato com a população brasileira. Esses dois fatos, nos fazem extremamente perigosos a quem deseja controlar a população com *fakes news* e pregações religiosas e morais. Por isso, é necessário para esses governos de direita e extrema-direita desarticular inteiramente o sistema de organização das escolas públicas: precarizando, de todas as formas possíveis, o trabalho docente; impedindo reuniões de conversas para organização do trabalho escolar; tratando violentamente as manifestações públicas reivindicatórias; cortando salários, em caso de greves; criando a ideia de que escolas não são necessárias e são lugares perigosos; criando direções inteiramente atreladas a políticos locais — nomeando-as de acordo com indicação de vereadores ou deputados estaduais — ou transformando-as em cargo para militares aposentados; etc.

O medo que têm das possibilidades mobilizadoras docentes, faz com que a violência institucional, seja pela via policial, seja pela via de mudanças no sistema implantadas rapidamente e sem nenhuma negociação com a categoria, passe a ser a norma dominante, no momento atual.

Uma questão acerca das direções de escolas precisa ser lembrada: há duas décadas, pelo menos, a formação docente foi tomada por instituições privadas que precarizaram de forma significativa esta formação, tornando bem mais breve do que o legal, instalando modos online/a distância^{vi} com enorme frequência, afastando-a, assim, das práticas escolares. Com isso, com essa formação aligeirada, de modo bastante fácil se pode enfraquecer os movimentos docentes com pessoas que não sabem — pois não conversaram acerca disto na sua formação acadêmica — nem da importância da organização sindical, nem como se organizar processos escolares criativos.

Por isso, foi necessário, por exemplo, logo após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff^{vii}, em 2016, substituir o precioso Decreto nº 8.752 de 09/05/2016 que instituía uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica^{viii}, com base em relatoria de Luiz Fernandes Dourado, então membro do Conselho Nacional da Educação, atual presidente da Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Anpae) e

presidente do Fórum Nacional de Educação (FNE), por uma determinação que foi extremamente combatida porque muito equivocada. Em luta muito bem conduzida pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) conseguiu-se discutir, nacionalmente, outra proposta, um pouco melhor.

Nesse sentido, estamos em um momento no qual se discute um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o que inúmeras forças se incorporam para que as partes do mesmo contemplem, no possível, as condições existentes no Plano anterior e que foi esquecido nos dois governos pós o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

Resistência e criação nos cotidianos escolares e nas redes educativas

Frente a este cenário de tentativa de destruição da Escola Pública e de seu corpo docente, retomamos à questão proposta: “a ESCOLA tem futuro?”

Tenho insistido, com alguma frequência, que nossas ações docentes possuem movimentos de resistência a agendas que consideramos contrárias ao que pensamos e queremos e julgamos necessário ao que vivemos, e movimentos de criação, que afirmam aquilo que consideramos possível e necessário às situações vividas (Alves, 2017). Esses movimentos são sempre concomitantes, ou melhor dizendo, os movimentos de resistência se apresentam consistentemente como movimentos criativos, já que a criação é a forma humana de responder aos problemas que enfrentamos.

O agravamento de toda a situação docente que se espalha pelo país, tão rápido como uma pandemia, por ações violentas de governos estaduais e municipais de direita e de extrema-direita, mas não só, vem trazendo à tona o medo e a consequente paralisia no movimento docente, em especial nas ações sindicais.

Nem os docentes, com raríssimas exceções^{ix}, nem seus sindicatos têm conseguido reagir a essa torrente poderosa de medidas aniquiladoras.

Algumas razões podem explicar isto, para além das medidas violentas já referidas. Reforço, aqui, quatro delas, na análise que faço. A primeira: a crescente formação das/dos docentes, na última década, em cursos privados de baixa qualidade, muitas vezes a distância. Esta formação, além de afastar as dimensões éticas e políticas necessárias às ações docentes, fragilizaram o entendimento das condições de trabalho, criando docentes que aceitam de forma passiva a interferência direta em seu trabalho e aceitando, pela dificuldade em obter

trabalho, qualquer forma de contrato. Um exemplo disso: o chamado “apostilamento da Educação” feito, antes da pandemia, pela compra de material extremamente precário — verdadeiras apostilas, entendidas em nosso país, como material didático frágil — de fundações diversas, por governos municipais e estaduais. Essas “apostilas” tentam controlar toda a ação docente, inclusive o tempo dos processos pedagógicos. Se não tinham o que falar durante a pandemia, as fundações, depois dela, retornaram ao cenário querendo colocar tudo on-line.

A segunda razão a ser considerada se refere ao modo como se está dando a escolha de diretoras/diretores de escola. A eleição para esse posto, vitória do movimento docente, há décadas, em diversos estados e municípios, vem sendo substituída pela escolha direta do prefeito ou governador e os lugares têm sido distribuídos, com frequência, entre os vereadores e deputados estaduais, respectivamente. Isto tem transformado as escolas em “propriedade” daquele que escolheu a direção.

Desse modo, aquele papel de “criador de confluências” — como Caldas, Machado e Alves (2024) vêm apresentando, a partir do pensamento de Nego Bispo (2023) — como aquele que faz o diretor verdadeiro dirigente dos processos pedagógicos das escolas, está encontrando dificuldades para se desenvolver.

Poderíamos ainda falar nas dificuldades organizativas atuais das organizações surgidas no desenvolvimento do capitalismo — sindicatos e partidos políticos. As forças organizativas e combativas de muitas/muitos/muitas têm se dirigido e gastado em outros tipos de movimentos: mulheres, negros, de LGBTQIAPN+ etc.

Por fim, lembramos o movimento de adesão a religiões, em especial de origem pentecostalista^x, com seus modos organizativos especiais e que têm indicado a muitos de seus fiéis a formação no magistério, em faculdades (na maioria privadas, mas também nas públicas), transformando-os em quadros importantes.

No entanto, dentro da corrente de pesquisa em que trabalhamos em nosso grupo de pesquisa^{xi}, como acontece com as ações de inúmeros outros grupos de pesquisa, vamos percebendo que os ‘praticantespensantes’ das escolas, apesar de poucas ações políticas coletivas, continuam organizando agendas de resistência com as criações pedagógicas que desenvolvem.

Comecemos com essa ação de criador de confluências que as diretoras/os diretores de escola têm. Lembremos o que isso significa com as lindas palavras de Nêgo Bispo:

O nosso movimento é o movimento da transfluência. Transfluindo somos começo, meio e começo. Porque a gente transflui, conflui, transflui. Conflui, transflui, conflui. A ordem pode ser qualquer uma. (...) Os colonialistas, povos sintéticos, são lineares e não transfluem, eles apenas refluem, porque são o povo do transporte. (...) Já no sistema cosmológico, não há refluência. A água não refluí, ela transflui e, por transfluir, chega ao lugar de onde partiu, na circularidade. Ou seja, ela vai na correnteza, encontra outras águas, fortalece-se na correnteza, mas ao mesmo tempo evapora, percorre outro espaço, em forma de nuvem, e chove. A chuva vai para outros lados, mas também volta para as nascentes. As nascentes saem do Cerrado e vão confluindo. Confluindo e transfluindo, elas também evaporam e retornam em forma de chuva. Elas não vêm pelo mesmo percurso, caminho ou curso. Elas vêm na circularidade. Transfluem e confluem, mas não refluem. Só no transporte é possível refluir: você pode ir e voltar (Santos, 2023, p. 49-51).

Inicialmente, se faz necessária uma referência ao momento da pandemia quando estávamos tendo que enfrentar um governo negacionista e que, em Educação, abria as portas ao aniquilamento da ESCOLA PÚBLICA. As ações de secretarias, na grande maioria dos municípios e estados, foram sintetizada na ordem: “escolas fechadas”; e depois de algum tempo: “usem as redes sociais para trabalhar”. Nenhum preparo para o uso dos meios possíveis, nenhum apoio a que os artefatos tecnológicos fossem mais acessíveis... O papel de contato da direção das escolas já existentes — em especial, pelo WhatsApp, artefato recente, mas já bem usado — com pais e responsáveis permitiu, em centenas de casos, pelo Brasil afora, que a merenda escolar existente nas escolas, inicialmente, ou em galpões dos governos, e mais adiante, permitindo a criação de vales refeição, fosse distribuída às famílias. A compreensão desta necessidade de distribuição de comida, que serviria para toda a família na terrível crise criada pela pandemia, nos casos que acompanhamos, foi feita pelas diretoras/diretores de escolas. E a distribuição foi feita porque elas/eles saíram de suas casas e foram à escola expostas/os à contaminação pelo vírus.

A organização pedagógica pela internet se deu, nos casos que conseguimos acompanhar e que foram muitos pelo Brasil afora, a presença dessas diretoras/diretores buscando formar as/os docentes coletivamente e articular os contatos dessas/desses com responsáveis, no ensino fundamental, e diretamente com as/os estudantes, na segunda fase do ensino fundamental e no ensino médio foi fundamental para que se continuasse a trabalhar.

A iniciativa para essas ações — em suas múltiplas dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas — das/dos docentes foi notável: criaram possibilidades extremamente variadas tentando chegar aos seus estudantes das maneiras possíveis. Isso pode ser acompanhado na produção de dissertações e teses da área, por exemplo. A criatividade de ações docentes pode ser mapeada se percorremos estas publicações, disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação^{xii}.

As múltiplas pesquisas em Educação, em especial, na corrente que denominamos de “pesquisas nos/dos/com os cotidianos”^{xiii} com publicações em livros e artigos e a criação de múltiplos artefatos artístico-culturais permitem perceber também a potência da criação cotidiana docente nas redes públicas de Educação.

Resta trazer para aqui, fechando essa parte do texto, alguns exemplos trazidos em pesquisa realizada dentro de cotidianos escolares, já depois da volta às escolas, terminada a pandemia, nas quais se pode perceber que esse terrível momento de isolamento exigiu “fazer junto”, na sua sequência. O momento político, de grandes raivas e separações, tem exigido, também, articulações de diferenças dos modos possíveis nas escolas.

Em uma escola municipal de Educação Infantil foi criada o que se chamou “a roda de histórias com as famílias”, organizando ações de acolhimento na escola, de ‘fazerpensar’ juntos, com um currículo baseado na inclusão e na equidade, estimulando a participação das famílias, no uso da literatura infantil.

No berçário, a mãe de uma aluna apresentou a história o “Sapo Bocarrão” (Faulkner, 1996). Após a narrativa, os bebês se transformaram em pequenos “sapos bocarrões” e foram se aventurar na lagoa, feita por um grande tecido azul aberto no solário e molhado pelo chuveirão, que a escola possui para enfrentar o forte verão do Rio de Janeiro. Em outro momento, no grupo de Maternal I, um pai trouxe a história “Cadê o sol?” (Buchweitz, 2022). Após a narrativa da história, as crianças confeccionaram uma luneta usando rolinhos de papel higiênico, canetinhas, papel celofane e lã. Em seguida, foram para o pátio e, com o cuidado necessário, observaram o sol através da luneta. “Qual é a cor do amor?” (Strachan, 2005) foi a história que uma das mães do Maternal II contou, fazendo a turma viver a experiência de confeccionar um cartaz com um coração que tinha colorido da cor que queria. Nas turmas de Pré-Escola I, o pai de um de seus alunos trouxe a história a “Cor de Coraline” (Rampazo, 2017), abordando a temática identidades raciais. Cada criança foi convidada a observar suas características através de um espelho colocado à disposição, após ouvirem a história do livro. Quantas emoções, sensações, experiências e aprendizagens foram vividas nesse momento, no qual cada criança se via, observava e falava acerca de si. Um dos alunos da turma de Pré-Escola II veio acompanhado de sua mãe que trouxe o livro “Severino faz

Chover" (Machado, 2011), cuja narrativa fala da vida das crianças que moram no sertão. A mãe ficou emocionada ao relatar essa história, pois lembrou sua infância no interior da Paraíba. Cotidiano simples, de coisas pequenas, narradas pelo bom que é ser, estar e aprender. Ler para imaginar, para rir, chorar, se emocionar, suspirar... (texto da Sub-Diretora da escola, retocado pela autora deste texto)

Já em uma escola estadual do Rio de Janeiro, com a segunda fase do ensino fundamental, a narrativa feita foi outra. Se tratava de comemorar o dia 8 de março (de 2024), dedicado às mulheres, numa ação coletiva de criação e luta pelos direitos femininos e contra a exacerbação da violência que existe com o gênero. De modo político, escolhemos tratar das lutas, das necessidades, dos ganhos nas últimas décadas e no quanto ainda é preciso ganhar para ter uma equidade no mundo, nas suas dimensões éticas, estéticas e poéticas.

Em um mundo onde muitas *fake news* e a extrema direita tecem narrativas mostram mentiras como realidades ou verdades, abrir possibilidades de conversas outras, com confluências de possibilidades, é o que vai possibilitar a sobrevivência da cordialidade e a criação de campos do comum. Ao conversarmos com as/os docentes sobre o que fazer as ideias que foram surgindo traziam ações nas artes como as necessárias. Mas o grande acontecimento foi quando se colocou a questão de quais docentes se indicavam para coordenar o dia e suas atividades, e duas professoras se apresentaram para fazê-lo possuindo correntes de pensamento inteiramente diferenciadas: uma, pertencendo a uma das igrejas pentecostalista e a outra, militante sindical e feminista. De um pânico inicial, pois se colocou que era preciso escolher uma das duas, partimos para a questão: podemos trabalhar juntas, pelo bem dos estudantes e da escola? A resposta foi sim, das duas, e a programação que foi acordada e desenvolvida mostrou que há outras formas de conviver, reinventando as escolas, indo além da ascensão do ódio, criando formas múltiplas de existência. É preciso dizer que a interferência da Direção foi necessária algumas vezes, mas poucas vezes (texto do Diretor da escola, retocada pela autora deste texto).

À guisa de conclusão

As escolas, a despeito da aparente repetição de imagens clichês em suas ambientações das salas aos murais com suas ornamentações características, produzem, dialogam e são afetadas por imagens. Imagens de toda sorte, favoráveis ou não aos processos de ensino e aprendizagem. Imagens do pensamento, dos desejos e afirmações diversas que emergem nos corpos, nas falas e gestos, vencendo os limites das normas e das uniformizações (Victorio Filho; Souza, 2020, p.92).

A dimensão poética e os agenciamentos estéticos se destacam nos campos onde as ações criadoras alcançam mais evidente relevo, como o cuidado de si simultâneo à invenção do mundo, situações que, tanto no plano individual quanto no coletivo, são osso e carne da vida escolar (Victorio Filho; Silva, 2019, p. 147).

SIM, a ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA tem futuro. Hoje, enfrentado lutas que nem nossos mestres do passado, nem os do presente^{xiv} imaginavam poderem ser tão violentas, vemos centenas de docentes de escolas e suas diretoras/diretoes buscarem nos contatos cotidianos com suas/seus milhares de estudantes, buscarem criar ambientes possíveis para conversas e belezas.

Essa afirmativa, a muitas/muitos pode parecer ilusória. Mas não é. Esses acontecimentos cotidianos são aqueles que preservam os ‘espaçostempos’ de possibilidades de se criar saídas para o enfrentamento que temos que fazer. Terminando este texto, recebo de uma colega do Amazonas, que tendo saído de Manaus de madrugada voltava para casa com chuvas — estava em uma lancha — lindas fotografias do rio Negro e descrições de seu cansativo dia que tinha sido de longo deslocamento para aplicar a um grupo de adolescentes “simulados” para a prova do SAEB que farão em novembro. Informa que terá que fazer outras sete viagens desses até a prova. Tece comentários muito inteligentes e observadores sobre o que fizera, mas especialmente sobre como os estudantes receberam o que tinham que fazer. É a potência dessas inteligências e dessas vontades que me permite afirmar: ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA tem futuro!

Referências

ALVES, Nilda Guimarães. Formação de docentes e currículos para além da resistência. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 22, p. 1-18, 2017.

BUCHWEITZ, Donaldo. **Cadê o sol?** Barueri: Ciranda Cultural, 2022.

CALDAS, Alessandra Nunes; MACHADO, Marcelo; ALVES, Nilda. As diretoras e os diretores das escolas como criadoras/criadores de confluências. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 12., Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 02 a 05 de julho de 2024. Acesso em: <https://doity.com.br/anais/redes2024/trabalho/376382>.

COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Educação brasileira na revanche confessional (1891-1935)**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação brasileira – católicos e liberais**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1998.

MACHADO, Ana Maria. **Severino faz chover**. São Paulo: Salamandra, 2011.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘pensadospraticados’ pelos ‘praticantespensantes’ dos cotidianos das escolas. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (org.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii, 2012. p. 47-70.

RAMPAZO, Alexandre. **A cor de Coraline**. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

STRACHAN, Linda. **Qual é a cor do amor?** Ilustrações de David Wojtowycz. São Paulo: Brinque-Book, 2005.

VICTORIO FILHO, Aldo; SILVA, Pâmela Souza da. Yo Monstro Mio: corpo, identidade e visualidade na escola. **Revista Matéria Prima**, [s.l.], v. 8, p. 88-99, 2020.

VICTORIO FILHO, Aldo; SILVA, Bianca de Menezes Castro da. Corpo, cotidiano, imagem e criação: pesquisa e escolas. **Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais**, UFSM/RS, v. 12, p. 146-163, 2019.

Notas

ⁱ Esse termo tem sido usado para diversos processos que visam desligar os docentes do serviço público: 1) pela contratação por firmas que são “fornecedoras” de docentes para escolas de municípios e estados, com contratos extremamente precários e salários insignificantes, muito abaixo do piso salarial nacional; 2) inexistência de concursos públicos para o magistério, substituído por contratos por períodos variados — de um ano a seis anos; etc.

ⁱⁱ Recentemente, me chegou pela internet, um anúncio de escola privada que dizia: “inglês diário desde o berçário”, ainda rimando...

ⁱⁱⁱ A “Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A”, mais conhecida por seu nome fantasia “Brasil Paralelo”, é uma empresa brasileira fundada em 2016, em Porto Alegre, que

produz vídeos sobre política e história, baseando-se e utilizando um viés de extrema-direita e conservador. Surgiu no contexto da onda conservadora no Brasil na década de 2010. A produtora se coloca como uma "conexão com uma realidade paralela" e visa produzir conteúdos que divergem das visões predominantes entre intelectuais e jornalistas brasileiros. Segundo a produtora, estas visões são majoritariamente influenciadas pela esquerda. Suas produções apresentam conteúdos que defendem valores da direita política, do cristianismo e de teorias conspiratórias. https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_Paralelo.

^{iv} As letras minúsculas em todo este parágrafo são importantes e precisam ficar. Quero mostrar a pequenez de tudo isso, se considerarmos as dimensões éticas, estéticas, políticas e poéticas da VIDA e dos necessários processos solidários entre os seres humanos.

^v A maior e mais ativa categoria profissional era, até duas décadas atrás, os bancários. Os donos de banco conseguiram enviar milhares ao desemprego substituindo-os por máquinas e nos colocando a trabalhar para eles, já que boa parte das funções somos nós que executamos.

^{vi} Lembrar o mal fadado Decreto n. 9057, de 25 de maio de 2017, no governo Temer, regulamentando o art. 8º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, proclamando que tudo pode ser a distância em seu "Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados."

^{vii} Sempre é bom lembrar que foi no governo Dilma Rousseff que foi estabelecido o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e inúmeras excelentes Diretrizes Curriculares Nacionais que indicavam formas muito mais saudáveis e respeitosas às realidades locais e regionais de possibilidades de ações curriculares em todos os graus e modalidades de ensino que as combatidas e equivocadas BNCCs produzidas nos governos posteriores.

^{viii} A formulação contida no Parecer do CNE, como relatoria de Luís Fernandes Dourado articulava as discussões do movimento que, desde 1983, com a Comissão Nacional pela formação dos Profissionais da Educação, e desde 1990, pela Anfope, organizando uma proposta que pensava, conjuntamente, a formação inicial com a formação continuada e acumulando experiências trabalhadas em múltiplos estados e municípios brasileiros.

^{ix} Uma delas foi a reação dos docentes relacionados à Educação indígena contra a medida do governo do Pará (governador Helder Barbalho, do Movimento Democrático Brasileiro), em fins de janeiro de 2025, no que se refere à tentativa de um secretário, importado do sul, de eliminar o ensino presencial no ensino médio nas comunidades indígenas.

^x O pentecostalismo é um movimento do cristão protestante que dá ênfase especial numa experiência direta e pessoal de Deus através do Batismo no Espírito Santo. Foi introduzido no Brasil por correntes que têm sua fonte em igrejas do mesmo tipo, nos Estados Unidos.

^{xi} Pesquisa nos/dos/com os cotidianos.

^{xii} Esses levantamentos estão exigindo que pesquisas estruturadas se desenvolvam.

^{xiii} Aqui já se pode encontrar alguns projetos que estão sendo desenvolvidos.

^{xiv} Refiro-me, aqui, a apenas três trabalhos: ao clássico estudo de Cury (1998); ao recentíssimo livro de Cunha (2025); à pesquisa que Ana Chrystina Mignot está desenvolvendo em torno da figura de Jacobina Lacombe e os movimentos internacionais que fez.

Sobre a autora

Nilda Alves

Professora emérita da UERJ (2022). Professora titular na Faculdade de Educação/UERJ e Faculdade de Educação/UFF (aposentada em ambas). É pesquisadora emérita da FAPERJ, com exercício na UERJ, no Programa de Pós-graduação em Educação (campus Maracanã) e no PPGE-Processos Formativos e Desigualdades Sociais (câmpus S. Gonçalo). Ex-presidente da ANPEd (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), da ABdC (Associação Brasileira de Currículo) e da ASDUERJ (Associação dos Docentes da UERJ). Fundadora do GT12 - Currículo e do GE Cotidianos: dimensões éticas, estéticas e políticas (2021), da ANPEd. E-mail: nildag.alves@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0558-4175>.

Recebido em: 25/06/2025

Aceito para publicação em: 02/07/2025